

## FINANÇAS PÚBLICAS

- **Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2019 – Lei nº 23.288, de 9/1/2019**

**Ementa:** Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019, para o exercício 2019.

**Origem:** Projeto de Lei nº 5.405/2018, de autoria do governador do Estado.

A norma revisa o PPAG 2016-2019 para o exercício fiscal de 2019. O PPAG organiza a ação governamental em programas e ações de acompanhamento intensivo e geral, que visam atender ao conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS – e aos objetivos estratégicos definidos para cada uma das áreas e eixos oriundos do processo de elaboração do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI.

A revisão do PPAG, etapa inerente ao processo de planejamento, objetiva avaliar os programas e as ações propostos e corrigir os rumos, se necessário, para promover a adequação do plano à realidade e possibilitar a integração entre o PPAG e a Lei Orçamentária. Na revisão 2019, foi previsto o montante de recursos de R\$116,77 bilhões, o que representa, em valores nominais, um acréscimo de 10,29% em relação ao previsto para 2018. Esse montante é composto pelos valores estimados para o orçamento fiscal do Estado – incluídas as despesas intraorçamentárias (R\$111,77 bilhões) – e para o orçamento de investimento das empresas controladas pelo Estado (R\$5,00 bilhões), e está distribuído em 199 programas que estabelecem 1149 ações, das quais 140 são de acompanhamento intensivo.

A tramitação do Plano nesta Casa abriu espaço para a vocalização de preferências do Legislativo e da população, conferindo a esse processo uma dimensão participativa na qual as escolhas de governo foram discutidas e legitimadas. No processo de revisão foram realizadas audiências públicas com formação de grupos de trabalho. Neles foram discutidas a execução do Plano e suas alterações e recebidas sugestões populares de alteração, elaboradas coletivamente por seus participantes. Essas discussões garantiram a participação efetiva da sociedade na construção do planejamento das políticas públicas do Estado. De todo esse processo resultaram 316 sugestões populares, que, após análise da Comissão de Participação Popular, foram transformadas em 77 Propostas de Ação Legislativa, acolhidas na forma de 70 emendas ao

Projeto de Lei do PPAG 2016-2019, 56 emendas ao Projeto de Lei Orçamentária – LOA – e 160 requerimentos ao governo do Estado com pedidos de providências ou solicitações de informações relativas à execução das políticas públicas estaduais.

GCT/GFO/LL/rev